



Governo Municipal

Itatiba do Sul/RS

Av. Antonilo Angelo Tozzo, 845 - Centro
CEP: 99760-000 - Itatiba do Sul/RS - CNPJ: 87.613.402/0001-40
Fone: (54)3528-1170 - Site: www.itatibadosul.rs.gov.br
E-mail: administracao@itatibadosul.rs.gov.br



PROJETO DE LEI Nº 3179/23, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

PROTÓCOLO Nº 3175
DATA 13/06/23
ASSUNTO Dispõe sobre as
atividades insalubres.
ITATIBA DO SUL-RS

Dispõe sobre as
atividades insalubres, e dá
outras providências.

VALDEMAR CIBULSKI, Prefeito Municipal de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - São definidas como atividades insalubres e perigosas, nos graus e condições de trabalho indicados, aquelas definidas no Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho que é parte integrante desta lei.

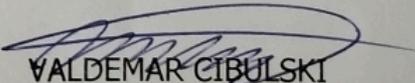
Parágrafo Único: O Exercício de atividades em condições de insalubridade asseguram ao servidor a percepção de um adicional, respectivamente, de 30%, 20% ou 10%, incidente sobre o valor do salário mínimo nacional, segundo a classificação nos graus, máximo, médio ou mínimo respectivamente, observado, ainda, o que dispõe o laudo técnico no que se refere a utilização dos equipamentos de proteção individual.

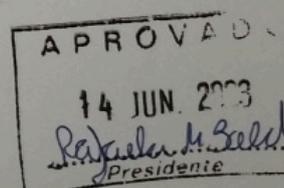
Art. 2º- As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária consignada na lei de meios.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar de primeiro de junho de 2023.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITATIBA DO SUL AOS 13 DE JUNHO DE 2023.


VALDEMAR CIBULSKI
Prefeito Municipal



“O FUTURO A GENTE FAZ DE MÃOS DADAS COM O POVO.”



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 3179/23

O presente projeto de Lei tem por finalidade definir sobre as atividades insalubres e perigosas desempenhadas pelos servidores municipais.

Conforme é sabido, o Município, através de empresa especializada, confeccionou novo Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, inclusive para fins de atender as disposições do E-social, aplicável a administração pública.

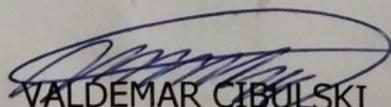
A administração se rege por uma série de princípios, dentre estes o da legalidade, de modo que a administração somente poderá efetuar o pagamento da insalubridade, caso haja uma lei assim prevendo e que esta lei se baseie em um laudo.

O município busca trabalhar a salubridade do local onde os servidores desempenham suas atividades.

O laudo, que é parte integrante da presente lei, serve, inclusive, para dispor sobre as condições de trabalho dos servidores em cada uma de suas funções, quais equipamentos de proteção devem ser usados e o grau de insalubridade de cada atividade, se existir, usando ou não os equipamentos de proteção.

O laudo serve para que a administração identifique quais atividades são insalubres ou perigosas e a necessidade ou não de fornecimento dos equipamentos de proteção individual, assim como, nos casos em que há incidência de insalubridade e periculosidade, qual o grau para fins de pagamento.

Assim, solicitamos que esta colenda casa legislativa aprecie com a atenção devida o presente projeto de lei.


VALDEMAR CIBULSKI
Prefeito Municipal